



7 de junho de 2021 - Nº 5 - sindipetrocaxias.org.br



TRABALHADORES DA PBIO FAZEM GREVE POR EMPREGOS

A Petrobrás tem até esta terça-feira, 08, para propor uma saída para o impasse que os trabalhadores da Petrobrás Biocombustível (PBio) vivem em função da privatização da subsidiária.

A empresa participou da audiência de conciliação na sexta-feira, 04, promovida pela ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Delaíde Alves Miranda Arantes, na busca por uma solução que garanta a manutenção no Sistema Petrobrás dos empregados da PBio, que, mesmo sendo concursados, correm o risco de serem demitidos, caso a venda das usinas se concretize.

A greve nas usinas de biodiesel de Montes Claros, em Minas Gerais, e de Candeias, na Bahia, segue suspensa durante o processo de mediação com o Tribunal Superior do Trabalho. A decisão foi tomada pelos traba-



lhadores em assembleias realizadas no início de junho, após a gestão da Petrobrás concordar em participar das negociações.

Iniciada no dia 20 de maio, a greve na Petrobrás Biocombustível pausou não só a questão dos empregos dos trabalhadores que estão sob

ameaça, quanto a importância da manutenção dos investimentos da Petrobrás em energia renovável.

Até o fechamento deste boletim, a empresa ainda não apresentou nenhuma proposta. Leia mais notícias sobre a greve da Pbio em sindipetrocaxias.org.br

A reunião de aposentados e pensionistas do Sindipetro Caxias, ocorreu no dia 01/06, em formato virtual e teve como convidados os petroleiros Cotia, do Sindipetro Unificado de SP, e Anselmo, do Sindipetro MG e candidato ao conselho da Petros.

Cotia, trouxe à luz dos presentes que o que está em jogo com os descontos abusivos da AMS é o processo de privatização da Petrobrás. “Isto vem no rastro da privatização, pois quem compra uma empresa não quer saber dos direitos dos trabalhadores. E eles precisam limpar o passivo, para atrair os compradores. O descontrole

REUNIÃO MENSAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

foi da empresa, essas dívidas são abusivas e ilegais também. Muitas delas inclusive já caducaram, pois já têm mais de 5 anos. E isto é um ponto que vamos levar para a mesa de debate com a empresa. Queremos as dívidas detalhadas, com data e valores reais”.

De acordo com ele, tanto o desmonte da AMS quanto do Acordo Coletivo de Trabalho, são parte do processo de desmonte da empresa. Essa é uma briga das grandes. Por isso é fundamental que todos estejam unidos para defender a

empresa de seus atuais gestores.

A próxima reunião acontece no dia 06 de julho, às 10h, em formato virtual. Para participar, basta estar cadastrado em nosso Whatsapp da secretaria de aposentados e pensionistas. Se você ainda não recebe o link da reunião, envie seu nome completo por mensagem para o número (21)98318-1809.

Para agendar o atendimento virtual com nossa assessoria jurídica, entre em contato pelo telefone (21)99439-2680.

ELEIÇÕES E O FUTURO DA PETROS

Os Conselhos Deliberativo e Fiscal fazem parte da gestão da Petros e têm papel fundamental na administração e no controle econômico-financeiro da fundação.

São seis titulares e seis suplentes no CD e quatro titulares e quatro suplentes no CF. A composição é paritária, sendo metade dos representantes escolhida pelos patrocinadores e a outra metade eleita pelo voto direto dos participantes ativos e assistidos.

Votar na chapa “Juntos pela Petros” é garantir a melhoria do presente e a segurança do futuro dos nossos participantes e assistidos.

O atual conselheiro eleito, Norton Almeida, lembra a importância dos trabalhadores ocuparem esse espaço dentro dos conselhos deliberativo e fiscal da Petros. “Hoje o mercado está de olho nos fundos de pensão. São mais de um trilhão de reais sob a gestão dos fundos de previdência complementar fechados. Quando a gente ouve muitos ataques a estes fundos, especialmente a Petros, pois é o segundo maior deles, isso não é à toa. O sistema bancário quer gerir esse recurso para lucrar sobre esse dinheiro que está hoje sob gestão dos fundos de pensão. No caso da Petros, temos que observar todos os ataques feitos à Petrobrás, que é a principal patrocinadora. Assim como a BR, que já foi privatizada”.

Um exemplo da importância dos trabalhadores estarem presentes nos Conselhos da Petros, é o caso do Petros 3, que, apresentado pela fundação em 2017, só não foi concluído devido aos conselheiros eleitos pelos trabalhadores que apontaram os defeitos deste plano que seria lesivo tanto para quem fizesse a migração para o novo plano quanto para os beneficiários do PP-1.

O candidato Rafael Crespo destaca a importância de se ter uma chapa onde haja o diálogo com

53
CONSELHO DELIBERATIVO

Titular
Rafael Crespo
SINDIPETRO NF

Suplente
Anselmo Braga
SINDIPETRO MG

43
CONSELHO FISCAL

Titular
Felipe Grubba
SINDIPETRO SP

Suplente
Luiz Mario
FNP / CB

FUP
FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

diversos órgãos e movimentos. “O Conselheiro da Petros não pode atuar simplesmente no conselho da Petros. Ele precisa dialogar com os outros atores. E esse é o diferencial da nossa chapa. E temos pontos que precisam ser de pressão da patrocinadora como é o caso do reconhecimento da insalubridade no local de trabalho para que isso seja cobrado e permita com que entre mais recursos para o nosso plano, fazendo valer a aposentadoria especial. Para isso precisamos do diálogo com os demais atores para um trabalho mais efetivo”.

A eleição ocorre entre os dias 14 e 28 de junho, em formato virtual. Para o candidato Felipe Grubba este será um dificultador nessa eleição. “Levar o material de campanha e dialogar com todos os assistidos da Petros será muito mais difícil, mas este é o momento que vivemos devido a pandemia e devemos ter este cuidado e respeito com a vida de todos”.

O Sindipetro Caxias apoia para o Conselho Deliberativo a Chapa 53 que tem como candidato titular Rafael Crespo, empregado da Petrobrás há 15 anos, trabalhador da base de Imbetiba, em Macaé, e diretor do Sindipetro-NF. E para a vaga de suplente, concorre Anselmo Braga, que está na Petrobrás desde 2002, na Refinaria Gabriel Passos, em Minas Gerais, e atua como diretor do Sindipetro-MG.

Para o Conselho Fiscal, apoiamos a Chapa 43, que tem como titular Felipe Grubba, trabalhador da Transpetro há 13 anos e diretor do Sindipetro Unificado-SP. O candidato a suplente é o ex-diretor da FNP e do Sindipetro-RJ, Luiz Mario, que entrou na Petrobrás em 2006 e hoje está lotado na Refinaria de Duque de Caxias.

Para mais informações assista a live “Eleições e o futuro da Petros” em <https://www.facebook.com/fupestroleiros/videos/1414867735544346>

PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS E ELETROBRÁS: SOBERANIA NACIONAL EM RISCO

*O setor de energia é estratégico para a soberania de um país.
Enquanto o Brasil discute o desmonte, o mundo discute a transição energética.*

A Medida Provisória 1031, de 23 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a privatização da empresa Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A, foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2020. E está na pauta do Senado Federal para ser votada nas próximas semanas.

Se a privatização da Eletrobras for aprovada no Senado, o Estado brasileiro perderá o protagonismo no setor de energia elétrica no país, o que trará graves consequências para a sociedade brasileira. A edição dessa Medida Provisória é mais um movimento em direção à implementação de um programa neoliberal radical no país, iniciado em 2016 pelo governo Michel Temer, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, que vem sendo ampliado e intensificado pelo governo Bolsonaro desde 2019.

Essa retomada do processo de privatização de estatais federais encontra-se, de acordo com a nota técnica do DIEESE sobre o assunto,

“envolta por uma névoa ideológica, com base em críticas a um suposto ‘estado-empresário’ e a um hipotético ‘rombo provocado pelas estatais’, entre outras mistificações”.

Além disso, em fevereiro deste ano, a Petrobrás anunciou a efetivação da venda da Refinaria Landulfo Alves-Mataripe (RLAM), na Bahia, ao fundo soberano Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos, por US\$1,65 bilhão (dólares), estimado em pelo menos US\$ 3,5 bilhões pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (INEEP). A venda se dá em continuidade ao processo de auto desmonte e entrega de ativos, até então restrito a poços e oleodutos. Esta é a primeira de um total de oito refinarias colocadas à venda.

Como se não bastasse, junto com a RLAM estão sendo vendidos 669km de dutos, três terminais terrestres e um terminal marítimo. Mas o pior talvez nem seja isso. Assim como a venda de alguns campos de petróleo foram efetuados

para estatais como a norueguesa Equinor ou as chinesas CNOOC e CNODC, quem compra a RLAM é um fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, um fundo estatal. Esse governo irresponsável está “privatizando” nossas riquezas para “empresas estatais”.

Em paralelo, ainda na pauta sobre a responsabilização ambiental e diminuição da emissão de carbono por grandes corporações, surge a privatização da Petrobrás Biocombustíveis (PBio), empresa responsável pela produção de combustíveis renováveis da petrolífera brasileira.

De acordo com o DIEESE/FUP, sob o governo Bolsonaro, a Petrobrás quase duplicou o processo de vendas de ativos da empresa. Até agora são 48 processos abertos, uma média de 2,5 por mês. O número supera os procedimentos feitos no governo de Michel Temer (1,4 por mês) e é oito vezes maior do que a segunda gestão de Dilma Rousseff.

29M: DE NORTE A SUL, CAPITALS FAZEM GRANDES MANIFESTAÇÕES CONTRA BOLSONARO

Mesmo em meio à pandemia, população vai às ruas em peso clamar por FORA BOLSONARO!

As manifestações foram convocadas por movimentos populares reunidos nas frentes Povo sem Medo e Brasil popular, e também pelos movimentos sindicais, sociais e estudantis, além dos coletivos independentes. Diante da preocupação com o contágio de coronavírus, as manifestações exigiram o respeito ao uso máscara PFF2/N95 e ao distanciamento

entre as pessoas.

Os atos reuniram milhares de pessoas, na manhã de sábado, 29 de maio, em diversas capitais do Brasil. Em cidades do Norte ao Sul do país, manifestantes pediram a saída do presidente Jair Bolsonaro e por “vacina e comida no prato”. Os atos denunciam a decisão do governo federal em não comprar vacinas, a omissão em políticas de

combate à pandemia de covid-19 e a ausência de um auxílio emergencial.

O protesto foi tão estrondoso que mereceu amplo destaque na imprensa internacional. Como foi o caso dos europeus Le Monde - na França - e o The Guardian - na Inglaterra. Ao contrário dos noticiários brasileiros que omitiram as manifestações em suas pautas.

MUDANÇAS NO PLANO DE SAÚDE DEVEM AFETAR O BOLSO DOS PARTICIPANTES

Em meio a pandemia, em 2020, o governo realizou uma arbitrariedade, inviabilizando o plano de saúde aos trabalhadores dos correios, que são linha de frente.

Pela decisão do Tribunal Superior do Trabalho caberia aos Correios o pagamento de 70% do plano de saúde e os 30% restantes seriam pagos pelos trabalhadores e trabalhadoras. O TST também concedeu uma validade de dois anos para o dissídio, que venceria agora em 31 de julho de 2021. A liminar pedida pelo governo derrubou essas duas decisões. Com isso, os trabalhadores passaram a ser obrigados a pagar 50% do plano, além de pagar a metade do valor das consultas e exames médicos.

O governo fez duas manobras. A primeira foi tentar reduzir o tempo de validade do dissídio que é de dois anos. E o segundo foi aproveitar a liminar dada por Toffoli em atendimento à empresa, para revisar as regras do plano de saúde da categoria. A decisão do governo inverte o custeio e corta os familiares do plano dos funcionários. Milhares de trabalhadores e suas famílias não têm condições de arcar com as despesas nestas regras e estão abandonando o sistema. “Eles não aguentam, não têm salário para sustentar isso”, denunciou Wilson Araújo, diretor da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios.

A Petrobrás não está longe disto quando cria uma nova entidade de gestão de benefícios dos seus empregados. Em vez de uma fundação, como a Petros (que gere o fundo de pensão), a empresa criou agora uma associação que responde pela administração do plano de saúde dos petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas, aposentados e dependentes, a Associação Petrobrás de Saúde.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) já realizou diversas denúncias sobre a APS, e lamentou a decisão do juiz convocado Rafael Paulo Soares Pinto, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que reconsiderou o deferimento da tutela antecipada que havia concedido em favor da FUP e que impedia mudanças na Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) da Petrobrás.

O Pedido de Reconsideração apresentado pela Petrobrás às 12h22h foi atendido às 13h08, ou seja, com pouco mais de 40 minutos entre o pedido e a decisão. No texto, a Petrobrás alega que a imediata transferência e retorno da carteira de beneficiários para o seu Departamento de Recursos Humanos era inviável, diante da completa desestruturação do setor e da inexistência de contratos outrora mantidos com a Rede Credenciada de Prestadores de Serviços. A FUP irá recorrer.

Para mais informações assista a live da Federação Única dos Petroleiros em <https://www.facebook.com/fupetroleiros/videos/502040807700414/>



PROVA DE VIDA DO INSS

A prova de vida voltou a ser obrigatória para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O procedimento tem o objetivo de evitar fraudes e pagamentos indevidos, garantindo a manutenção do benefício. Desde março de 2020, a exigência da prova de vida estava suspensa pelo INSS por causa da pandemia.

A prova de vida pode ser feita no banco onde o segurado recebe o pagamento e também sem sair de casa, via aplicativo.

Os aposentados e pensionistas que tiverem a biometria bancária

cadastrada poderão usar qualquer caixa eletrônico para fazer a prova de vida. No caso dos beneficiários sem biometria, é possível ir à agência bancária com CPF e documento com foto.

O INSS permite ainda a prova de vida em casa possa ser feita em casa, com a visita de um funcionário do órgão desde que estejam na seguinte condição: segurados de qualquer idade que não estejam em consigam se locomover; e todos os segurados maiores de 80 anos, com ou sem condições de se locomover. No caso dos segurados sem condições de se locomover,

eles devem ligar no 135 ou acessar o site Meu INSS para agendar a prova de vida.

Há ainda a possibilidade de ser feita a prova de vida digital, usando apenas o aplicativo Meu INSS que pode ser baixado tanto na Play Store, quanto na Apple Store (<https://www.gov.br/pt-br/apps/meu-gov.br>). Porém, este ainda é um projeto-piloto e apenas cerca de 5,3 milhões de beneficiários foram escolhidos pelo Instituto para fazer a prova de vida por biometria facial. Para realizá-la, o segurado deve receber uma mensagem de texto ou e-mail com a convocação.